

Descrição e Digitalização das Fotografias Aéreas Produzidas pelo IBC/GERCA no Estado do Paraná no Ano de 1970

Wilson Francisco de Oliveira¹
Ailton José Morelli²

Resumo: A economia cafeeira no final do século XIX e durante grande parte do século XX desempenhou um papel de fundamental importância na trajetória política, econômica e social do Brasil. Tal fato torna a pesquisa historiográfica sobre a evolução da política nacional cafeeira de extrema relevância para entendermos questões fundamentais de nossa história recente, sejam elas de caráter ambiental, social, político, econômico, cultural, entre outros. Nessa perspectiva o fundo documental IBC/GERCA, produzido pela Divisão de Assistência à Cafeicultura (DACAF) de Maringá, sob custódia do Programa Centro de Documentação Histórica (PROCDH) da Universidade Estadual de Maringá se constitui em um arsenal histórico essencial para o estudo da história regional. Há que se considerar o fato de que tal acervo até o presente momento, raríssimas vezes foi consultado por pesquisadores interessados na questão e jamais como fonte primordial para um trabalho específico sobre a cafeicultura, seja por falta de um trabalho mais criterioso visando sua organicidade, ou até mesmo pela falta de um espaço físico adequado para ampla divulgação e conhecimento do mesmo. Este trabalho, parte integrante da dissertação de mestrado à ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, linha de pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais, Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais, visa a descrição e digitalização do grupo de imagens “Fotos Aéreas” produzidas pelo IBC/GERCA no ano de 1970 na zona de produção cafeeira do Estado do Paraná, sob jurisdição do DACAF de Maringá, parte integrante acervo documental. A opção no primeiro momento foi o tratamento e organização das fotos aéreas pertencentes ao acervo do CPDP, onde se verificou que estas imagens não correspondiam a totalidade das fotografias produzidas pelo GERCA no vôo aerofotogramétrico realizado no ano de 1970, mas se limitavam a área atuação do DACAF de Maringá, fato que influenciou em um recorte na área de estudo. O segundo passo foi a digitalização destas imagens com o objetivo de criar um banco de dados virtual com a finalidade de uma maior divulgação do acervo e ao mesmo tempo preservar o arquivo físico. Por fim, foi criado um banco de dados, uma catálogo contendo a descrição das imagens e um novo instrumento de pesquisa com a utilização de um software específico (ArcGis) em gerenciamento de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), ampliando significativamente os resultados de busca por imagens de uma área específica, sem prejuízo do instrumento de busca desenvolvido pelos executores do trabalho original. Este trabalho teve como principal referencial teórico a tese de doutoramento produzida por Darcilene Sena Rezende (2003) “A História na Mão: Periódicos universitários discentes paulistas, entre 1964 e 1979”, e como tal apresenta como conclusão o catálogo produzido para auxílio aos pesquisadores na busca por fontes documentais.

Palavras chave: Cafeicultura, Fotos Aéreas, Instrumentos de Pesquisa.

O mercado internacional do café no início do período republicano até meados do século XX foi o grande motor da economia brasileira, este fato se dava pela extrema dependência da economia brasileira no comércio exterior e a falta de outro produto que pudesse competir de forma substancial neste mercado. Dessa forma, a predominância da burguesia cafeeira na esfera política da recém formada república foi se consolidando conforme o desenvolvimento do mercado cafeeiro internacional.

Tal fato gerou uma série de intervenções estatais na política cafeeira em nosso País, sendo a primeira medida de grande impacto para o futuro da nação o financiamento a partir do final do século XIX da imigração de trabalhadores europeus para a formação de mão-de-obra livre em substituição a recém abolida escravidão. Estas intervenções se mantiveram no início do século XX com as políticas dos chamados “esquemas de valorização” e “defesa permanente” patrocinada pelos governos estaduais das regiões produtoras de café no período. Tais medidas mantiveram o nível de renda e poder de acumulação da atividade cafeeira influenciando indiretamente o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o setor bancário e o embrião do setor industrial no Brasil (GUARNIERI, 1979).

Na década de 1930 o setor industrial suplantou a cafeicultura como o principal setor de desenvolvimento econômico do País em virtude da crise sofrida pela atividade cafeeira, embalada pela crise internacional de 1929. Neste período a política cafeeira passou a ser mais subordinada a uma política “mais geral” determinada pela expansão do setor industrial, o que não significa dizer que os interesses da burguesia cafeeira não fossem atendidos no bojo de intervenções mais amplas, dado ao capital político adquirido por esta classe ao longo do período republicano (Ibidem).

Com as oscilações ocorridas no mercado cafeeiro ao longo de todo este período se tornava necessário um planejamento estratégico de alcance nacional para a transformação da atividade cafeeira no Brasil. Tal necessidade levou a criação de órgãos específicos na máquina estatal para a transformação agro-econômica da cafeicultura. Dessa forma em 1931 foi criado pelo governo Federal, o CNC (Conselho Nacional do Café), em 1933 para subordinar o processo de regulamentação ao Ministério da Fazenda, criou o DNC (Departamento Nacional do Café), extinto no pós-guerra e substituído pela Divisão de Economia cafeeira subordinada ao mesmo ministério (SILVA, 1994).

O auge da intervenção estatal na política cafeeira ocorreu no início da segunda metade do século XX (1952), quando o governo brasileiro criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC) com o papel de regulador da política cafeeira, órgão este que exerceria uma função fundamental no futuro da cafeicultura e em toda a atividade agrícola nacional. Em virtude da superprodução cafeeira enfrentada no período que gerava uma crise nos preços do grão, em outubro de 1961 foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com o objetivo explícito de erradicar o excedente dos cafezais, utilizando como ferramenta básica a renovação da agricultura por meio da diversificação das culturas. Estas duas instituições trabalhando de forma integrada exerceram um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do País, até serem extintas no ano de 1990 pelo então governo Collor de Mello.

A equipe de assistência técnica do IBC possuía sedes nos principais municípios brasileiros onde ocorria a produção de café, atendendo a todas as áreas cafeeiras do Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná. Estes trabalhos eram coordenados pelas Divisões de Assistência à Cafeicultura (DACAF), no caso do Paraná duas destas divisões atuavam diretamente no controle da produção cafeeira, o DACAF de Maringá e o DACAF de Londrina. Cada uma destes escritórios regionais tinha sob seu comando 23 sedes locais espalhadas pela sua área de abrangência.

DACAF de Maringá	DACAF de Londrina
<ul style="list-style-type: none">• Campo Mourão• Cascavel• Cianorte• Maringá• Matelândia• Nova Esperança• Cidade Gaucha• Colorado• Cruzeiro do Oeste• Engenheiro Beltrão• Goio-erê• Iporã• Jandaia do Sul• Loanda• Mandaguari• Nova Londrina• Paranaíba• Umuarama• Assis Chateaubriand• Paranacity• Pérola• Terra Rica• Ubitatã	<ul style="list-style-type: none">• Londrina• Cornélio Procópio• Bandeirantes• Jacarezinho• Rolândia• Arapongas• Uraí• Porecatú• Bela Vista do Paraíso• Ribeirão do Pinhal• Santo Antônio da Platina• Ibaiti• Ivaiporã• Assaí• Astorga• Carlópolis• Centenário do Sul• Faxinal• Nova Fátima• São Jerônimo da Serra• Ibiporã• Wenceslau Braz• Apucarana

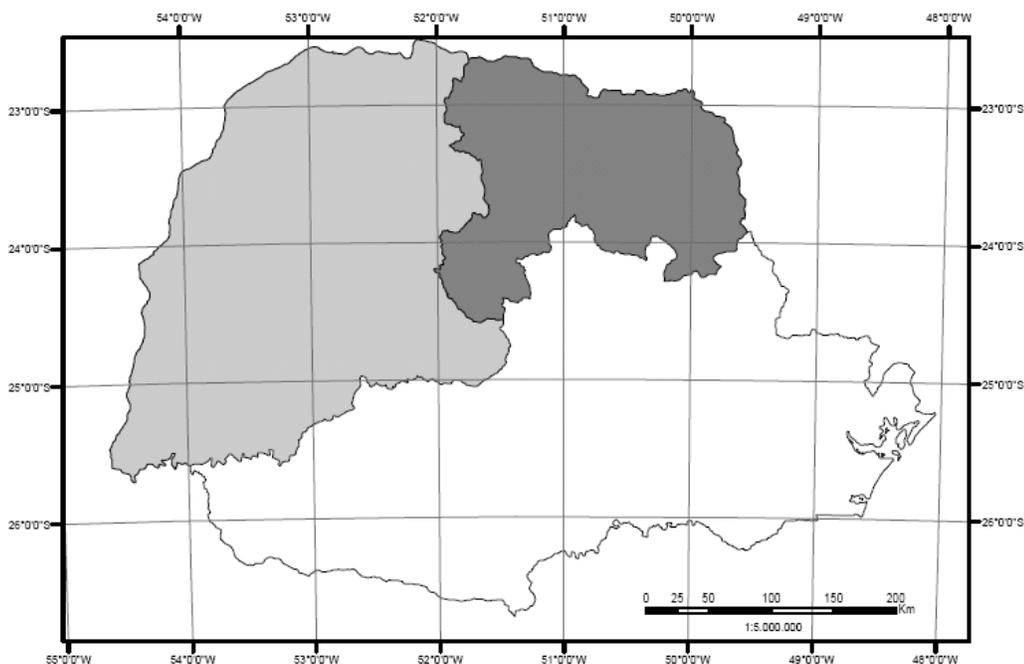
Sedes Locais do IBC no Estado do Paraná (MIC/IBC/GERCA, 1979/80, p. 5).

“A necessidade de constituir bases sólidas de informação impõe-se, no mundo contemporâneo, como condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional” (CAMARGO, 1999 p. 49). É inegável a importância dos centros de documentação espalhados pelas universidades brasileiras como forma de preservação da massa documental, uma vez que existe o descaso por parte das autoridades constituídas em solucionar tão grave questão. “Enfim, é uma particularidade dos centros de documentação das universidades brasileiras tornar a fonte próxima ao pesquisador, mas também trazer as fontes documentais que estão sendo perdidas, produzidas, muitas vezes, pelo próprio poder público, a quem caberia, por dever, preservá-las, organizá-las e torná-las disponíveis à consulta pública” (Ibid. p. 60). Este é o caso do fundo IBC/GERCA.

O acervo documental produzido pelo IBC/GERCA no período de sua atuação no Estado do Paraná encontra-se sob a guarda de dois centros de documentação presentes nas universidades estaduais paranaenses. O primeiro está recentemente sob custódia do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ainda sem nenhuma organização prévia, pois esteve por anos em estado de abandono nos galpões do extinto órgão. Este acervo concentra a documentação armazenada pelo escritório do IBC/GERCA no DACAF de Londrina durante a atuação deste no desenvolvimento da cafeicultura paranaense. Já o segundo encontra-se em poder do Programa Centro de Documentação Histórica (PROCDH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e contém os documentos produzidos ou incorporados pelo escritório do órgão no município de Maringá. Embora algumas ações já tenham sido desenvolvidas com o intuito de descrever e preservar estas fontes ainda não existe uma estrutura capaz de ampla divulgação e preservação

desta documentação. A falta de instrumentos de pesquisa mais elaborados torna-se imprescindíveis para uma mínima apresentação e divulgação deste acervo aos interessados, além de espaço e equipamentos adequados para manuseio e guarda deste acervo.

MAPA DE ATUAÇÃO DO IBC NO ESTADO DO PARANÁ



Área de atuação
■ DACAF Londrina
■ DACAF Maringá

Base: Elaborado com as informações presentes na estimativa final de safra 78/79 e 1ª Previsão da Safra 79/80. IBC/GERCA. Março de 1979.

Elaboração: Wilson Francisco de Oliveira

Geoprocessamento: Marcos Rogério de Oliveira

Os instrumentos de pesquisa, identificando, descrevendo e divulgando acervos, estabelecem o elo entre o problema proposto pelo pesquisador (hipótese) e os documentos que possibilitam a construção de uma resposta (tese). Eles facilitam a localização do material de interesse entre os documentos custodiados por entidades várias, como arquivos públicos ou privados, centros de documentação etc (REZENDE, 2003 p. 3).

Neste contexto a descrição dos fundos documentais se torna imprescindível para o avanço da pesquisa histórica no Brasil, “uma boa descrição de cada fundo arquivístico permite que o pesquisador consiga detectar, preliminarmente, a possível existência e a localização de documentos de seu interesse” (LOPEZ, 2002 pg. 29-30).

Em um acervo com características semelhantes (as fotos da DOPS-PR) sob custódia do Arquivo Público do Paraná, onde predominava a desorganização, sem referências aos documentos imagéticos, com sérios desfalques no acervo sendo percebidas pelas lacunas na ordem numérica, a digitalização foi a forma indicada como recurso imprescindível para a divulgação e auxílio na atividade do historiador, disponibilizando-a não só a comunidade acadêmica mas a sociedade em geral, “do contrário, importante acervo público, gerado por um dos períodos mais marcantes da recente história política nacional, corre o risco de vir a se

perder, ou de, apesar de continuar existindo fisicamente, perder completamente sua função social e histórica” (Lopez, Penteado e Nascimento, 2008, p. 121).

O acervo documental gerado pelo IBC/GERCA no município de Maringá conta com 03 grupos ou seções. O primeiro contém 380 caixas de arquivos. São laudos técnicos, cadastros, planos agrônômicos, projetos para implantação de café, dossiês abertos onde consta o nome do proprietário, dados da propriedade e o tipo de financiamento pretendido, entre outros. Essa documentação nos apresenta uma imagem com elevado grau de credibilidade no que concerne a descrição das propriedades agrícolas no período de atuação do GERCA na região. O segundo trabalha a formação dos produtores rurais produzidas por áreas ligadas a pesquisa, são filmes, apostilas e recursos audiovisuais. Finalmente, o terceiro contém as fotos aéreas produzidas pelo IBC/GERCA no ano de 1970 e 1972 no território de atuação do DACAF de Maringá (MORELLI E MULLER, 2007). Estas imagens quando utilizadas pelo método comparativo com outras fontes, podem nos levar a um grau de aproximação com a realidade extremamente alta.

Pairava a crença na política administrativa brasileira na década de 1960, embalada pela idéia do progresso e do desenvolvimento iniciada no governo de Juscelino Kubitschek, da qual fazia parte os administradores do IBC e consecutivamente os do GERCA, que para um País de dimensões continentais como o Brasil e com recursos econômicos muito limitados pudesse sair do subdesenvolvimento, acompanhando desta forma o progresso e o bem estar das grandes nações, era necessário e imperioso o levantamento urgente de nossos recursos naturais. Este objetivo somente seria conseguido de forma rápida e economicamente viável com a adoção de processos modernos de pesquisa e avaliação, onde se incluía em primeiro plano as fotografias aéreas. Estas ofereciam um subsídio notável, não só para os estudos e planejamentos racionais dos recursos naturais, tarefa que na questão da cafeicultura estava incumbida ao GERCA, como também para a execução de grandes obras de infra-estrutura necessárias ao aproveitamento racional destes recursos.

O GERCA já havia efetuado para tanto alguns vôos anteriores na primeira metade da década de 60, porém não relatados em seus relatórios e também não presentes no acervo do PROCDH, e como tal necessitam também de posterior investigação com o intuito de ampliar o acervo aqui descrito.

Entretanto, conforme relatório oficial do GERCA para o exercício de 1967, o Serviço de Fotointerpretação do órgão foi criado em 15 de fevereiro de 1967 pela resolução nº 64 do Conselho Deliberativo do GERCA. Este setor tinha como incumbência “a realização de pesquisas com base em fotografias aéreas, dos recursos naturais e usos atuais e potenciais da terra relacionados com o setor da produção cafeeira, para fins de inventário, planejamento regional e cadastramento das unidades produtoras”. (MIC/IBC/GERCA, 1967, P. 14).

Entretanto uma análise mais cuidadosa revelou que as fotos em poder do PROCDH em sua grande maioria era oriunda do vôo aerofotogramétrico de 1970, realizado empresa Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A e que em poder do DACAF de Maringá concentrava-se as imagens referentes a sua área de abrangência, fato que influenciou sobremaneira o recorte necessário para o presente trabalho

Levando-se em consideração o recorte acima citado, o acervo pertencente ao PROCDH/UEM conta com 7.086 fotografias aéreas em escala 1:25.000 e 12 fotoíndices em escala 1:100.000, embora seja necessário acrescentar que existe um acentuado desfalque na coleção em virtude da má utilização, seja do próprio DACAF de Maringá ou possivelmente do próprio Departamento de Agronomia da UEM quando estas imagens estiveram em seu poder. Outra perda significativa para o aproveitamento do acervo fotográfico para as pesquisas regionais é o extravio total ou parcial dos fotoíndices que dificultam o acesso dos pesquisadores a determinados espaços geográficos. De um total aproximado de 22 fotoíndices

necessários para compreensão da área em foco, nos restaram 06 fotoíndices completos e 06 incompletos, apresentando grandes áreas recortadas.

É inegável o potencial histórico deste fundo documental para o desenvolvimento de uma historiografia da cafeicultura paranaense, ou até mesmo extrapolando esta esfera, haja vista que a cafeicultura durante todo o século XX ocupou uma parcela significativa da produção e da exportação nacional, ocupando grande parte da mão de obra disponível. Outro fator preponderante foram as políticas implementadas pelo GERCA com o intuito de racionalizar a produção cafeeira naquele período que buscavam solucionar problemas nacionais e até mesmo internacionais. No âmbito internacional o excesso da produção e a concorrência entre os países produtores levavam a uma política de preços baixos e conseqüentemente um desestímulo às exportações, colocando em risco todo o setor cafeeiro. Fora da área de atuação do GERCA, mas ligado à atividade cafeeira, podemos elencar a política migratória promovida pelo Governo Federal no período como intuito de povoar o norte paranaense e desenvolver economicamente a região.

Levando-se em conta que as fontes nos apresentam conhecimentos históricos passíveis de modificações quando olhado pelo viés crítico de diferentes épocas e que a “Lógica Histórica” apregoada por Thompson (1981) indica que na pesquisa historiográfica é impossível apresentarmos conclusões definitivas sobre qualquer tema a ser abordado, a disponibilização deste fundo documental poderá nos levar a novas interpretações e novas descobertas sobre a história brasileira recente sem, no entanto esgotar o tema. Dessa forma, todo trabalho empreendido no sentido de preservar e divulgar este acervo é dotado de uma utilidade não apenas momentânea, mas um préstimo a futuras gerações de pesquisadores.

Bellotto (2004) nos assegura que toda documentação produzida por determinado órgão deve ser agregada em fundos, pois não há sentido em um documento sozinho, mas sim em conjunto. Para o caso do fundo documental IBC/GERCA tal afirmação também se mostra pertinente. Entretanto no caso do grupo de imagens “fotos aéreas” pertencente a este acervo, sua utilidade como fonte de pesquisa extrapola esta indicação. Tal material em conjunto com o restante do fundo pode ser utilizado para a produção de uma historiografia sobre a cafeicultura estadual ou nacional, porém também pode ser utilizada de forma distinta, agregada a outros tipos de fontes. Esta diversificação poderá dar origem a estudos históricos de caráter ambiental, demográficos, desenvolvimento regional, municipal, entre outros, além de ser uma fonte inestimável para outras áreas do conhecimento como a agronomia, arquitetura, engenharia, geografia, etc.

Diante do exposto, esta proposta de trabalho tem um caráter estritamente instrumental, nos moldes apresentados por Darcilene Sena Rezende (2003) em sua tese de doutorado intitulada, “A História na Mão: Periódicos universitários discentes paulistas, entre 1964 e 1979”. Este trabalho tem como meta principal a elaboração de um instrumento de pesquisa capaz de organizar, digitalizar e descrever o grupo de imagens “fotos aéreas” produzidas pelo IBC/GERCA no ano de 1970, tendo como recorte as imagens presentes no Programa Centro de Documentação Histórica da Universidade Estadual de Maringá, que abrangem a área de atuação do DACAF de Maringá. Tal fato não elimina a hipótese da realização do mesmo trabalho ser realizado no acervo presente na Universidade Estadual de Londrina e nas fotos aéreas produzidas pela Base Aérea do Recife abrangendo a região do oeste paranaense no ano de 1972, também presentes no acervo do PROCDH, muito ao contrário, torna-se recomendável sua execução como forma de ampliação da área de estudo e complementação deste riquíssimo acervo produzido pelo IBC/GERCA.

A preocupação com a manutenção da memória tem nos levado a vários esforços no sentido da preservação de acervos documentais. Porém, no Brasil, essa atividade ocorre em um contexto de políticas insatisfatórias de gerenciamento deste patrimônio. Acervos documentais no Brasil encontram-se em situação de total abandono. A falta de recursos para

pesquisa, a falta de investimentos no setor, bem como a falta de consciência da população tem levado a perdas irreparáveis para a construção da memória brasileira.

Recolher e tratar, além de divulgar, documentos públicos é a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos, depois que estes cumpriram a função para o qual foram criados. Estes arquivos cumprem a função da passagem dos documentos da função de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história” (BELLOTTO, 2006).

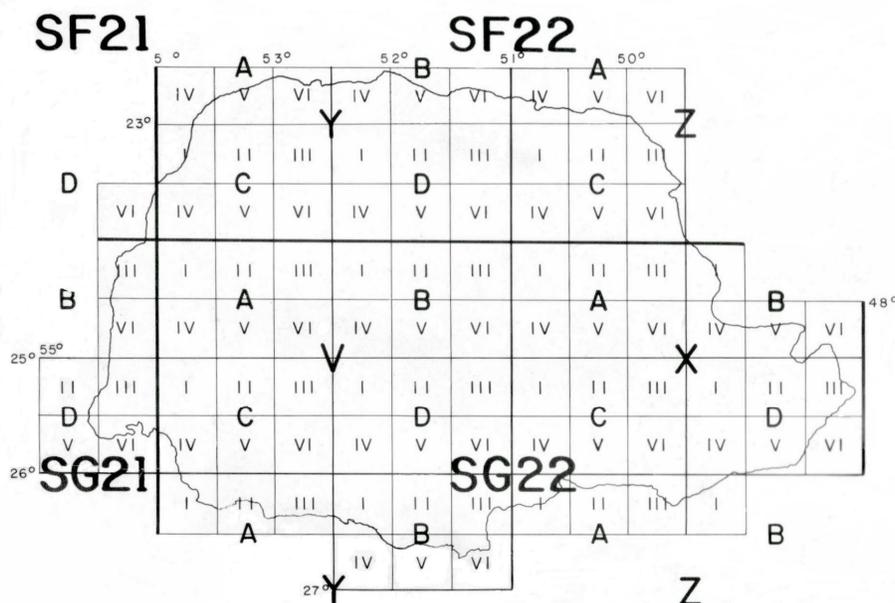
A distância entre a administração e a história no que concerne os documentos é, pois, apenas uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para os quais foram criados. Esses documentos são, na realidade, os mesmos que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes (BELLOTTO, 2006, p. 23).

É fato notório que interessa a toda a sociedade a preservação dos conjuntos documentais que encerram valor probatório, informativo ou histórico e constituem patrimônio documental da Nação. Também a Constituição Federal garante a todo cidadão o acesso à informação (artigo 5º, inciso XIV), afirmando que são obrigação do Estado a gestão da documentação governamental e a realização das providências aptas para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (artigo 216, parágrafo 2º). O poder público tem o dever de dar proteção especial aos documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (Lei Federal nº 8.159/91, artigo 1º).

No caso do IBC/GERCA, a Lei Federal nº 8.159/91 no seu artigo 7º parágrafo 2º, afirma que a cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública. O parágrafo 3º da mesma lei considera permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

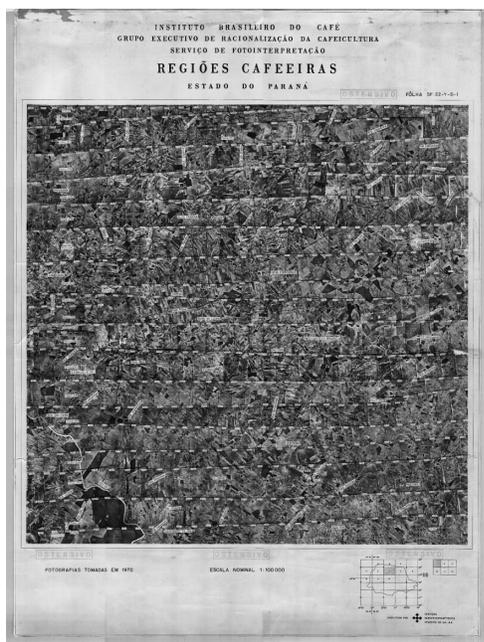
Para Heloísa Liberalli Bellotto, “o importante é que o princípio que norteia a classificação âmbito dos arquivos correntes – a obediência às atividade e às funções do órgão produtor não se perca” (BELLOTTO, 2004 pgs. 135-136). Seguindo este princípio, procurou-se preservar em todos os aspectos a ferramenta de busca das fotografias da maneira em que foi concebido pelos técnicos do IBC/GERCA na produção das imagens. Entretanto, a condição atual de utilização de softwares específicos pode em muito melhorar esta ferramenta, atendendo com maior presteza e rapidez as novas demandas que o momento exige.

Os técnicos do IBC/GERCA desenvolveram uma ferramenta de busca nos moldes do Sistema Cartográfico Nacional, que subdivide o território brasileiro em quadrículas georreferenciadas possibilitando a localização da imagem de uma área específica. Ocorre que para o período era difícil georreferenciar cada uma das imagens, dessa forma foram montados fotoíndices georreferenciados de cada quadrícula na escala de 1:100.000, possuindo em média 500 imagens por quadrícula (desde que a área esteja totalmente preenchida). Então ao consultar este fotoíndice o usuário encontra a numeração correspondente da área desejada, de posse dessa numeração basta uma busca no arquivo de imagens.



Divisão do Estado do Paraná em áreas com escala de 1:100.000 (ITC, 1980, Folha SF-22-Y-B-V)

Entretanto, este sistema de busca não pode precisar as fotografias aéreas de uma área específica, o que em nossos dias se torna um transtorno para o pesquisador e um desperdício de tempo para a busca desejada. Esta dificuldade pode ser solucionada em nossos dias com a utilização de um computador apropriado e softwares específicos para Sistemas de Informação Geográfica (SIG).



Fotoíndice SF-22-Y-D-I

Existem diferentes alternativas em softwares para a implantação e gerenciamento de um banco de dados geográfico, uma das opções é a utilização do ESRI Geodatabase, compatível com o software ArcGIS. Entretanto o que nos fez optar pela utilização deste software específico dentre outras opções existentes no mercado foi a possibilidade de não adquirir nenhum tipo de licença de uso, haja vista que o Laboratório de Arqueologia,

Etnologia e Etno-História (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá, também vinculado ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCH) desta instituição, possui a licença de uso desta ferramenta.

O ArcGIS foi desenvolvido e é licenciado pela Environmental Systems Research Institute (ESRI), e se constitui em um software de SIG, ou Geographic Information System (GIS), sendo constituído de três partes (ESRI, S.d. pg. 1):

- O ArcGIS Desktop, uma parte integrada de aplicações avançadas de SIG;
- O gateway ArcSDE™, uma interface de administração de base de dados geográficas em um sistema de administração de banco de dados (DBMS);
- O aplicativo ArcIMS®, cujo objetivo é distribuir via internet dados e serviços de SIG.

O ArcGIS usa modelos de dados de SIG para representar a geografia e provê todas as ferramentas necessárias para criar e trabalhar com o dados geográficos. Isto inclui ferramentas para todas as tarefas de SIG: editando e automatizando dados, mapeando cartograficamente tarefas, administrando dados, realizando análise geográfica, administrando dados avançados e desenvolvendo dados e aplicações na Internet (Ibidem, pg. 2).

Embora a aplicação deste software possa executar qualquer tarefa simples ou avançada de SIG, incluindo mapeamentos, administração de dados, análise geográfica, edição de dados e geoprocessamento, a utilização do mesmo em nosso instrumento de pesquisa se limita a sua função de criação e gerenciamento de layers.

Layers são camadas, que quando sobrepostas apresentam uma imagem final que é um produto de várias imagens. Imagine várias lâminas em material transparentes, cada qual com uma respectiva figura, estas lâminas quando sobrepostas apresentará uma imagem final como se tratasse de apenas uma lâmina.



Sobreposição de camadas (ESRI, S.d. pg. 4)

Dessa forma, tomando o mapa limítrofe do Estado do Paraná como o Layer inicial, aplicando o fotoíndice produzido pelo GERCA, tomando o cuidado de georreferenciá-lo, como a segunda camada ou layer, teremos um instrumento de busca para as fotografias aéreas com um grau extremamente elevado de precisão. O terceiro passo é aplicar como terceira camada a área de interesse do pesquisador, se aplicarmos um mapa de limites políticos

teremos como resultado as fotografias aéreas de cobertura dos municípios. O mesmo procedimento pode ser aplicado com a divisão do Estado por bacias hidrográficas, microrregiões, mapas hidrográficos, malha rodoviária, sendo que neste caso pode-se aplicar um mapa atual, o que mostraria o trajeto de uma nova estrada muito antes de sua construção. Também é possível a busca por uma área específica, que pode ser uma fazenda ou a área de um futuro empreendimento, entretanto neste caso é necessário que o pesquisador possua um mapa georreferenciado do loteamento em questão.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa L. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: 2ª. ed; Editora FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: 4ª. ed; Editora FGV, 2006.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Cívico, 1988.

BRASIL. *Ministério da Indústria e do Comércio*. Instituto Brasileiro do Café. Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura. Cobertura Aerofotogramétrica do Estado do Paraná: Regiões Cafeeiras. 1970. Folha SF-22-Y-D-I.

CAMARGO, Célia R. *Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e Perspectivas*. In: Silva, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas*. São Paulo. UNESP, 1999.

ESRI. *Tutorial ArcGis*. S.d. Disponível em:<www.cefeto.org/~patricia/SIG/Apostila%20ArcGis/Apostila_SIG_P2.pdf>. Acesso em 26 Jul.2011.

GUARNIERI, L. C. *Alguns Aspectos Sócio-Econômicos na Cafeicultura*. Dissertação de Mestrado. Campinas. 1979.

LOPEZ, André A. *Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa*. São Paulo. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. 2002.

LOPEZ, André A. PENTEADO, Matheus V. NASCIMENTO Luiz M. Norte do Paraná sob vigilância: mapeamento e digitalização de fotografias produzidas pela DOPS-PR referentes à região Norte do Estado. *Revista de História Regional* 13(1): 109-123, Verão, 2008.

MIC/IBC/GERCA. *Relatório*. 1979/80.

MIC/IBC/GERCA. *Relatório*. 1967.

MORELLI, A. J., MULLER, V. R. Laboratório de Apoio à Pesquisa Histórica da Infância e Adolescência – LAPHIA – Universidade Estadual de Maringá. In: *Revista Patrimônio e Memória*. Assis: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

PARANÁ. *Secretaria da Agricultura*. Instituto de Terras e Cartografia. Cobertura Aerofotogramétrica do Estado do Paraná. 1980. Folha SF-22-Y-B-V.

REZENDE, S. R. *A História na Mão: Periódico universitários discentes paulistas, entre 1964 e 1979*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo. 2003.

SILVA, Lucas F. *A Cafeicultura Brasileira no Modelo Tecnológico Produtivista: 1960-90*. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, UNICAMP. Campinas, 1994.

THOMPSON, E. P. *A miséria da Teoria: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Linha de Pesquisa: Fronteiras, Populações e Bens Culturais, Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais.

² Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.